

# 13 PESQUISA CUSTO DOS CONSELHOS TUTELARES

Foi sancionado, em 26 de julho deste ano pela Presidente da República, o Projeto de Lei do Senado nº 278/2009 que alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) por meio da lei 12.696/2012, visando garantir direitos trabalhistas para os conselheiros tutelares. Isto é, a lei regula questões referentes à remuneração, 13º salário, férias, licenças maternidade e paternidade, além da aposentadoria dos conselheiros. O mandato dos conselheiros será de quatro anos e a eleição deverá ocorrer no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

Preocupada com os seus representados, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) realizou um pesquisa com intuito de verificar o impacto da lei nas finanças municipais, dado que o poder municipal é o responsável pelos conselhos. Com os dados levantados estimamos o custo anual de manutenção dos conselhos em todo o Brasil em R\$ 1,3 bilhões.

A pesquisa foi feita entre os dias 18 e 25 de julho de 2012, por meio de contato telefônico. Os municípios foram selecionados por amostragem, que respeitou a estratificação de acordo com porte e região. Segue abaixo quadro com número de municípios pesquisados.

<b>Região</b>	<b>Nº de municípios</b>
Centro-Oeste	48
Nordeste	139
Norte	82
Sudeste	77
Sul	56
<b>Total</b>	<b>402</b>

Para o cálculo do impacto nas contas das prefeituras brasileiras, foi levantado o número de conselhos por município. Verificamos que o mesmo aumenta de acordo com o porte populacional, isto é, quanto maior a população maior o número de conselhos tutelares. A correlação positiva não se verificou entre a população e o número de conselheiros por conselho, sendo o número padrão de 5 integrantes.

### Número médio de conselhos em cada município do grupo

Porte (hab.)	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
0 a 5.000	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
5.001 a 10.000	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
10.001 a 20.000	1,00	1,04	1,00	1,00	1,00	1,01
20.001 a 50.000	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
50.001 a 100.000	1,00	1,12	1,33	1,14	1,00	1,14
100.001 a 300.000	1,40	1,25	1,71	1,33	1,27	1,35
300.001 a 1.000.000	3,50	3,50	2,50	2,52	2,13	2,75
1.000.001 a 100.000.000	6,00	9,75	8,00	15,50	9,50	10,92

Em seguida, buscamos os salários dos conselheiros, que está representado abaixo por meio das médias, por porte e região. Também verificamos que o salário é maior quanto maior o porte populacional dos Municípios.

### Salário base médio por conselheiro nos municípios do grupo

Porte (hab.)	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
0 a 5.000	670,78	622,00	737,60	604,67	613,76	649,53
5.001 a 10.000	903,00	641,21	887,00	730,83	752,50	767,91
10.001 a 20.000	1.613,58	670,31	888,72	778,22	776,61	875,18
20.001 a 50.000	1.117,00	823,61	1.021,73	878,21	1.353,81	986,72
50.001 a 100.000	1.360,00	916,16	1.395,16	1.415,80	1.464,40	1.181,41
100.001 a 300.000	1.333,60	1.158,05	1.521,66	1.579,75	2.352,83	1.533,11
300.001 a 1.000.000	1.753,50	1.622,71	4.044,84	2.191,05	2.683,43	2.233,49
1.000.001 a 100.000.000	3.000,00	2.381,03	2.281,00	2.846,25	2.122,50	2.516,62

De posse às informações anteriores, completamos os custos com os conselhos adicionando os gastos com os demais profissionais que trabalham nestes e com o custeio, estimado em 96% do custo de pessoal com base nos balanços orçamentários do FIMBRA/STN 2011.

Os demais profissionais que integram a estrutura padrão de um conselho são um motorista, um auxiliar administrativo e um auxiliar de serviços gerais. Para os dois primeiros o salário-base considerado foi de um salário mínimo e meio e para o auxiliar de serviços gerais considerou-se um salário mínimo.

### Custo dos Conselhos Tutelares Municipais

Dados	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total geral
<b>Nº total de conselheiros</b>	<b>2.454</b>	<b>9.537</b>	<b>2.470</b>	<b>9.263</b>	<b>6.126</b>	<b>29.850</b>
Remuneração base	33.319.801	89.328.386	32.394.402	112.308.820	68.059.032	335.410.441
Gratificação Natalina (13º)	2.776.650	7.444.032	2.699.533	9.359.068	5.671.586	27.950.870
1/3 férias	925.550	2.481.344	899.844	3.119.689	1.890.529	9.316.957
Cobertura Previdenciária	7.404.400	19.850.752	7.198.756	24.957.516	15.124.229	74.535.654
<b>Custo total com conselheiros</b>	<b>44.426.402</b>	<b>119.104.515</b>	<b>43.192.536</b>	<b>149.745.093</b>	<b>90.745.376</b>	<b>447.213.922</b>
Motorista (1,5 s.m.)	7.418.246	28.828.518	7.468.052	28.001.116	18.518.648	90.234.580
Auxiliar Administrativo (1,5 s.m.)	7.418.246	28.828.518	7.468.052	28.001.116	18.518.648	90.234.580
Aux. Serviços Gerais (1 s.m.)	4.945.497	19.219.012	4.978.701	18.667.411	12.345.766	60.156.387
<b>Custo pessoal total (Conselheiro + demais)</b>	<b>64.208.390</b>	<b>195.980.564</b>	<b>63.107.341</b>	<b>224.414.736</b>	<b>140.128.438</b>	<b>687.839.469</b>
Estimativa de custeio (96% do pessoal - Base Fimbra)	61.640.055	188.141.341	60.583.047	215.438.146	134.523.301	660.325.891
<b>Custo total</b>	<b>125.848.445</b>	<b>384.121.905</b>	<b>123.690.388</b>	<b>439.852.882</b>	<b>274.651.739</b>	<b>1.348.165.360</b>

Dessa forma, a CNM estimou os gastos de custeio de um ano dos conselhos tutelares do Brasil. Em relação à cobertura previdenciária dos conselheiros o custo anual será de R\$ 74,5 milhões, o terço de férias tem o custo estimado de R\$ 9,3 milhões e a gratificação natalina impactará em R\$ 27,9 milhões. A remuneração base dos conselheiros tem impacto de R\$ 335,4 milhões. Os demais profissionais custarão R\$ 240,6 milhões, totalizando um custo total de pessoal de R\$ 667,8 milhões.

Sendo assim o custeio proporcional estimado é de R\$ 660,3 milhões, o que implica num custo anual de R\$ 1,3 bilhões para manter os conselhos funcionando em todo o Brasil.